

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COMO ALTERNATIVA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA POSSÍVEL

Francisco José Pires ¹

Resumo:

Esse trabalho procura analisar, refletir, diagnosticar, repensar e vivenciar na prática os dilemas sobre o atual cenário mundial acerca do processo educacional brasileiro, com destaque a modalidade da Educação a Distância, tendo em vista as grandes transformações que se processam em um ritmo sem precedentes na história da humanidade. Busca-se desvelar as inquietações sobre os caminhos que a educação vem percorrendo, na perspectiva de inovar currículos educacionais, por meio de Projetos Pedagógicos de Cursos que possam atender as necessidades do mundo contemporâneo. Há incertezas sobre estar ou não trilhando por caminhos corretos e diante desse dilema surge a avaliação institucional como instrumento que oportuniza as Instituições de Ensino conhecer-se e ponderar sobre seus recursos, sendo capaz de responder, ou orientar através de informações relevantes seus erros e acertos, permitindo mudanças significativas. Acredita-se que a avaliação institucional pode servir de elemento transformador das políticas públicas com o objetivo de atender as demandas sociais norteando os rumos e trajetórias que atinjam os anseios da sociedade contemporânea. No entanto, a tomada de decisão nem sempre escoa para a melhoria dos indicadores, mas para a simples manutenção estrutural das instituições.

Palavras-chave:

Políticas Públicas. Projeto Pedagógico. Avaliação Institucional.

POLÍTICAS DE EDUCACIÓN PÚBLICA Y EVALUACIÓN INSTITUCIONAL COMO POSIBLE ALTERNATIVA DIDÁCTICO-PEDAGÓGICA

Resumen:

Este trabajo busca analizar, reflexionar, diagnosticar, repensar y vivir en la práctica los dilemas del escenario mundial actual en torno al proceso educativo brasileño, con énfasis en la modalidad de Educación a Distancia, ante las grandes transformaciones que se dan a un ritmo sin precedentes en la historia de la humanidad. Se busca dar a conocer inquietudes sobre los caminos que ha ido tomando la educación, con miras a innovar los currículos educativos, a través de Proyectos de Curso Pedagógico que puedan satisfacer las necesidades del mundo contemporáneo. Existen incertidumbres sobre si estamos siguiendo o no los caminos correctos y, ante este dilema, la evaluación institucional surge como un instrumento que permite a las Instituciones Educativas conocerse a sí mismas y considerar sus recursos, pudiendo responder o orientar sus errores y aciertos, a través de información relevante, permitiendo cambios significativos. Se cree que la evaluación institucional puede servir como un elemento transformador de las políticas públicas con el objetivo de atender las demandas sociales, orientando los caminos y trayectorias que alcanzan las aspiraciones de la sociedad contemporánea. Sin embargo, la toma de decisiones no siempre conduce a la mejora de los indicadores, sino al simple mantenimiento estructural de las instituciones.

¹ Doutor e Mestre em Integração da América Latina pela Universidade São Paulo - USP, Jornalista, Geógrafo e Pedagogo, Docente como Professor Titular na Educação Superior - Universidade Brasil e Coordenador Pedagógico na Rede Municipal de Ensino da Prefeitura Municipal de São Paulo, Avaliador de Cursos Superiores do INEP. E-mail: fco.pires@hotmail.com

Palabras clave:

Políticas públicas. Proyecto pedagógico. Evaluación institucional.

PUBLIC EDUCATION POLICIES AND INSTITUTIONAL EVALUATION AS A POSSIBLE DIDACTIC-PEDAGOGICAL ALTERNATIVE**Abstract:**

This work seeks to analyze, reflect, diagnose, rethink and experience in practice the dilemmas about the current world scenario regarding the Brazilian educational process, with emphasis on the Distance Education modality, in view of the great transformations that are taking place at an unprecedented pace in the history of mankind. It seeks to unveil the concerns about the paths that education has been taking, with a view to innovating educational curricula, through Pedagogical Course Projects that can meet the needs of the contemporary world. There are uncertainties about whether or not you are following the correct path and, faced with this dilemma, institutional assessment emerges as an instrument that allows Educational Institutions to know and ponder their resources, being able to respond, or to guide their errors and successes through relevant information allowing for significant changes. It is believed that institutional evaluation can serve as a transforming element of public policies in order to meet social demands, guiding the directions and trajectories that reach the desires of contemporary society. However, decision making does not always lead to the improvement of indicators, but to the simple structural maintenance of institutions.

Keywords:

Public Policies. Pedagogical project. Institutional Evaluation.

Introdução

O presente trabalho tem como tema Políticas Públicas de Educação e a Avaliação Institucional como alternativa didático-pedagógica possível.

Procura analisar e entender a importância da Avaliação Institucional como uma ferramenta que funciona na perspectiva de orientar e transformar a educação.

As energias despendidas num esforço de compreensão do processo de avaliação institucional, a partir da leitura e análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos - PPC, e a configuração do atual desenho do perfil das Instituições de Ensino Superior - IES, fluíram, à medida que fomos tomando contato direto com a literatura que discute a questão. Nesse sentido, constatamos que as IES contemplam em seus planejamentos, as demandas efetivas de natureza econômica e social, materializadas em ações desencadeadas para cumprimento dos objetivos explicitados em suas políticas de ensino, pesquisa e extensão.

Nossa perspectiva é entender o processo de avaliação institucional entre representações e realidade, uma vez que essa temática é presente no cotidiano das Instituições de Ensino Superior, principalmente na modalidade de Educação a Distância.

Potencialmente a Avaliação Institucional pode influenciar muitos processos e diferentes aspectos de uma Instituição. A oportunidade de desenvolvimento e crescimento através deste instrumento de planejamento que dialoga através da interação e obtenção de resultados é grande. Dos aspectos mais relevantes abstraímos os processos: cultural, dialógico social e participativo, e ainda como ferramenta de orientação na perspectiva de transformar a educação.

Considerando a importância da Avaliação Institucional como instrumento da gestão do processo educacional e suas implicações no desenvolvimento de um curso, pensamos neste estudo, coletar e pesquisar informações sobre os processos de avaliação institucional que orientam ou transformam a educação.

Compreender e desvendar as políticas públicas de avaliação que perpassa o universo das IES e o vetor que nos faz debruçar na questão posta para discussão, no sentido de contribuir para o debate desta problemática, assim como para pensar alternativas possíveis para o enfrentamento da Avaliação Institucional que funcione como ferramenta capaz de orientar ações desencadeadoras para melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

Esses fatos estão associados a um grande número de implicações inerentes ao fazer pedagógico, decorrentes das múltiplas possibilidades presentes no processo ensino e aprendizagem, como por exemplo, a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade, desencadeando em limites e possibilidades, tornando-se indispensáveis aos profissionais de educação desenvolver habilidades e competências na construção de conhecimentos necessários, ao exercício da profissão docente.

Trabalho empírico que valoriza o ponto de vista dos estudantes na avaliação dos conhecimentos propiciados pelas instituições de ensino superior públicas e privadas. Após as reflexões e a materialização da pesquisa, ficou evidente que os projetos pedagógicos de curso e a questão da avaliação institucional, podem contribuir substancialmente no processo de ensino e aprendizagem e conseqüentemente na melhoria da qualidade de ensino, que vai desencadear-se na melhor formação dos futuros profissionais.

As inquietações que nos impulsionaram à escolha do tema que subjaz à pesquisa provêm da constatação de que a elaboração dos projetos pedagógicos de curso e a questão da avaliação institucional ainda são vistas de maneira nebulosa por parte dos estudantes, cujas

condições de oferta dos cursos superiores em sua maioria, se converteram, em problemas emergentes carentes de soluções por parte dos profissionais de educação.

Nesse sentido, pretende-se levantar a qualidade dos serviços prestados à população.

A presente pesquisa objetiva estudar a qualidade do atendimento aos estudantes, analisar as condições e o contexto em que se materializam o cotidiano das pessoas e identificar pontos de interesses comuns para a realização de estudos conjuntos entre pesquisadores da questão posta para discussão.

No desenvolvimento deste trabalho, pretende-se alcançar os seguintes objetivos:

- Analisar e contextualizar o conceito de projeto pedagógico de curso;
- Identificar as causas mais comuns presentes no sistema de avaliação institucional.
- Relacionar à avaliação a qualidade de ensino
- Perceber os resultados.
- Definir algumas formas de tratamento metodológico.

Para concretizar esses objetivos foram selecionadas informações que permitem apreciar a importância das condições em que o ensino é ofertado aos estudantes, precisando variáveis sobre a concepção de sujeito, de cidadão e das condições em que isso se processa, vislumbrando a redução de danos e identificando as principais limitações e causas que coloca o tratamento metodológico oficial para uma melhor compreensão do foco desse trabalho.

Finalmente, foi realizado um levantamento da produção de destaque dos últimos anos, especialmente, sem detrimento de trabalhos significativos realizados anteriormente, identificando as principais lacunas do conhecimento sobre o papel da avaliação no processo de ensino e aprendizagem e na melhoria da qualidade de ensino.

Justifica-se essa pesquisa sobre as Políticas Públicas de Educação e a Avaliação Institucional como alternativa didático-pedagógica possível, na perspectiva de contribuir para a produção científica na formação de cidadãos para o exercício da cidadania em uma sociedade mais justa e fraterna.

Interessa nesse trabalho resgatar instrumentos que possam contribuir para a ciência no contexto de um mundo globalizado, uma vez que na segunda década do século XXI, se faz necessário o registro de novas formas de atuação dos profissionais de nível superior, com uma visão multidisciplinar.

Este artigo traz uma etapa introdutória, navegando pela história da educação brasileira desde as mudanças na sociedade com o surgimento das TIC(s), conjuminando com o processo de democratização do ensino no Brasil e o advento da Educação a Distância nos cursos superiores passando para o estudo dos processos de avaliação.

A análise da Avaliação Institucional pelo prisma da educação a distância apresenta derivações e cada vez mais desdobramentos por conta do seu alcance e poder de decisão numa Instituição de Ensino. Apresenta uma análise de pontos importantes concernentes à eficácia da Avaliação Institucional, sua função social e eficácia para o desenvolvimento e crescimento de forma sustentável na definição de estratégias de melhoria do ensino a curto, médio e longo prazo.

Políticas Públicas De Educação e a Avaliação Institucional Como Alternativa Didático-Pedagógica Possível

O contexto da Educação presente no mundo e sua influência na História da Educação apontam para a necessidade de compreensão dos movimentos vividos pela sociedade ao longo dos anos. Estes movimentos podem expor ou ocultar concepções, conforme as opções políticas adotadas pelos governos. Assim, as políticas implantadas nos últimos anos pelo Estado brasileiro motivaram mudanças no cotidiano das Instituições de Ensino Superior de acordo com suas concepções.

Para compreender melhor o momento presente, é preciso olhar o tempo passado e os movimentos desse tempo e, ao pensar no movimento vivido pelas IES, trazer à tona a questão do planejamento como requisito fundamental.

Nesse sentido, o estado nacional encarregou-se de fixar uma política educativa, respeitando uma série de critérios entre os quais se destacam a equidade, a cobertura assistencial e a elaboração de programas especiais para a erradicação do analfabetismo. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação vigente no País, se inclui a participação da família, comunidade, associações docentes e organizações sociais, além das entidades de gestão privada.

Dessa forma, o Estado sentiu-se legalmente amparado para articular e aplicar políticas educacionais que atendessem aos princípios empresariais, tratando estudantes e professores meramente como números, capazes de gerar resultados positivos, não se preocupando efetivamente com a inclusão social.

Com o modelo de globalização das questões mundiais que se instalou nos anos 90 sob a ótica neoliberal, o papel do estado passa a ser minimizado, uma vez que se diminui o tamanho e a responsabilidade deste, sobre as questões de inclusão social e os serviços públicos são sucateados numa velocidade sem precedente. Os interesses do mercado passam a prevalecer sobre a organização do Estado, e o cidadão é submetido cada vez mais a uma luta constante pela garantia de seus direitos fundamentais básicos.

No Brasil, entre as décadas de 70 e 80, as Redes de Ensino viveram um período caracterizado pelo tecnicismo, ou seja, pela premência constante de enquadrar as ações em prazos, metas e objetivos, de forma a buscar o controle.

Ficava sempre uma sensação de que era mais importante a técnica do que a própria ação, e eram menos importantes, ainda, as relações entre os planejadores e os executores, que se faziam por meio da hierarquização. O planejamento seguia a direção do órgão central para as Unidades, ou seja, a realidade de cada região era pouco considerada, e a ênfase era o controle.

Apesar de serem utilizados alguns termos como participação e diálogo, e o planejamento ser chamado de “participativo”, estes eram concebidos do ponto de vista dos “planejadores”, não incluindo os educadores como sujeitos destas ações.

“Planejamento Participativo deve ser entendido como um diálogo permanente entre planejadores e executores, buscando constatar necessidades, gerar novas ideias, executar e avaliar conjuntamente”.²

Ao resgatar o que era vivido na História da Educação, constata-se que as manifestações de determinismo, de regularidade, de controle e de previsibilidade têm suas raízes nesse tempo. Em uma análise mais ampla, pode-se dizer que o legado de Descartes e Isaac Newton, ou seja, a visão de mundo que enfoca o universo como um relógio, regular, previsível, sujeito a leis invariáveis, traz influências sobre esse período e suas produções, como as demais ciências e o contexto histórico e social da época.

O período de 1983 a 1985 caracterizou-se por um processo de discussão e participação dos educadores sobre as propostas de uma política educacional que simultaneamente atendesse às necessidades de uma clientela de origem popular e as reivindicações dos profissionais.

Houve a elaboração de um Programa com orientações metodológicas e materiais de apoio ao professor, em todos os níveis de ensino. Concretizou-se a reestruturação da Carreira

² Diretrizes para a elaboração do Plano Escolar – D.O. 4/As. 01.05.80 (g.n.)

do Magistério em vários Estados e Municípios com a reformulação dos Regimentos Escolares, buscando condições para uma gestão mais democrática da organização escolar

No período após a Constituição Federal de 1988, que imprimiu outro momento na vida do País, o tratamento dado ao Plano Escolar trouxe um novo enfoque, que apontava para a construção da autonomia da escola.³

Historicamente, a educação brasileira tem sido vítima de sucessivas administrações, com concepções administrativas diferentes, gerando uma descontinuidade da Política Educacional implantada pelos governos anteriores, ou seja, cada administração imprime a “sua cara”, muitas vezes independentemente da vontade da comunidade educativa, contrariando as expectativas da maioria da população, o que gera desconforto e conseqüentemente deficiência no sistema.

A partir dos anos 90, a ação educativa foi conduzida por um processo de formação permanente que transcorreu em grande parte do país. Iniciou-se nas escolas de Educação Básica, um movimento para adoção dos trabalhos de Emília Ferreiro sobre a Psicogênese da Escrita no processo de alfabetização das crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental, no bojo das discussões do Construtivismo, - uma nova postura na construção do conhecimento, considerando o estudante como sujeito, capaz de construir o seu próprio conhecimento e não apenas como receptor de informações e conteúdos transmitidos pelo Professor. Este fato ecoou posteriormente no ensino superior, especialmente, nos cursos de Pedagogia.

Por outro lado, algumas secretarias de educação buscaram consistência da prática pedagógica por meio de uma fundamentação teórica centrada na teoria crítico-social dos conteúdos.⁴

[...] Numa análise das legislações específicas, observa-se que do ponto de vista teórico foram dadas as condições necessárias para a melhoria da qualidade do trabalho docente. No entanto, como não houve a reflexão prática e o comprometimento do grupo como recurso de formação docente, manteve-se a falta de visão de conjunto e o professor permaneceu individualista, paternalista e autoritário. (ZUCHETO, 2001, p. 31).

³ Extraído do Documento: O Projeto Político Pedagógico e o Movimento de Reorientação Curricular, SME/São Paulo, fev. 2003, p 3.

⁴ Essa teoria foi defendida pelo educador Demerval Saviani que propunha a superação das pedagogias tradicional e renovada, na interação conteúdos-realidades sociais. Busca discutir no interior da escola, questões didático-pedagógicas conservadoras e discriminatórias e a partir daí superar uma educação voltada para a manutenção na sociedade, de classes antagônicas e formar o estudante como sujeito, independentemente da sua condição sócio-econômica.

A análise que nos move, aponta ainda que incipiente, para o destaque de algumas administrações, caracterizando-se como um novo momento para a educação no Brasil. A escola foi palco de discussão e participação dos educadores das diferentes Redes de Ensino e da comunidade escolar de modo geral, pois ao mesmo tempo, discutia-se uma política educacional com diretrizes e inspirações filosóficas à luz da visão das administrações, que simultaneamente atendesse às necessidades da clientela e as reivindicações dos profissionais.

Nesse período da história da educação, ocorreu a elaboração de diferentes Programas com orientações metodológicas e materiais de apoio ao professor, especialmente da Educação Básica, buscando condições para uma gestão democrática.

Nesse sentido, buscou-se discutir e apropriar-se de um fazer pedagógico capaz de diminuir o conflito entre a gestão escolar e a atividade educativa de fato, e erradicar com a fragmentação entre o planejamento e a execução.

No entanto, paradoxalmente, alguns Sistemas de Ensino, imprimiu uma prática pedagógica com a emissão dos cadernos de programas e metodologias, o que caracterizava claramente a desmobilização do sistema educacional e a falta de autonomia das escolas. O autoritarismo antecedeu o que Paulo Freire revelou em 1997.

[...] A forma autoritária de apostar nos pacotes e não na formação científica, pedagógica, política do educador e da educadora revela como o autoritarismo teme a liberdade, a inquietação, a incerteza, a dúvida, o sonho e anseia pelo imobilismo⁵.

Por outro lado, os diretores e assistentes de direção foram treinados para cumprimento da legislação, dentro do rigor racional imposto pelas Secretarias de Educação. Aos coordenadores pedagógicos sobrou a tarefa de exercer a função de multiplicadores e mediadores das relações entre o sistema de ensino e o professor, transmitindo e fiscalizando a implementação dos cadernos enviados pelas Secretarias de Educação.

No bojo da promulgação da Constituição Federal de 1988, que marcou um avanço na vida do País em todos os sentidos, o educador Paulo Freire, assumiu a Secretaria de Municipal de Educação de São Paulo, no início de 1989, dando um novo enfoque ao fazer pedagógico e a função social da escola, apontando para a construção da autonomia da escola e de uma escola cidadã, o que conseqüentemente se estendeu a maior parte do país, em todos os níveis de ensino. Paulo Freire foi categórico ao afirmar:

(...) “Não devemos chamar o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, mas para participar

⁵ FREIRE, Paulo. Política e Educação. São Paulo: Cortez, 1997, p.72.

coletivamente da construção de um saber, que vai além do saber de pura experiência feita, que leve em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe transformar-se em sujeito de sua própria história” (FREIRE, 1997).

Em decorrência da LDB 9394/1996, que passou a ser implantada em 1997, foram propostos estudos para a elaboração dos Regimentos Escolares, em grande parte do Brasil, e os respectivos projetos pedagógicos, especialmente na cidade de São Paulo, orientados pela Indicação CME nº 4, de 27/11/97, que assim conceitua o projeto pedagógico.

“O projeto pedagógico, como elemento norteador de toda a ação educativa da escola, deve ser definido a partir das características da realidade local e tendo em vista as necessidades e expectativas da comunidade à qual a escola presta serviços. Por isso, a elaboração do projeto pedagógico é um trabalho coletivo que deve contar com a participação de toda a comunidade escolar, isto é, professores, equipe técnica, equipe administrativa e de apoio, pais e comunidade local.

Não há, nem deve haver regras rígidas para a elaboração do projeto pedagógico. Esta é uma tarefa intransferível da escola. Contudo, existem alguns pontos que não podem ser negligenciados. Essa tendência abrangeu grande parte das escolas de Educação Básica, imprimindo uma bandeira também no ensino superior, até por conta das exigências legais da própria LDB.

Dentre outros aspectos, podem-se apontar como indicadores dessas transformações, a posição do educando na relação consigo mesmo, com os outros e com a natureza e o mundo do trabalho. Para isto, a escola precisa ter conhecimento da realidade presente e avaliar o que falta para o ideal pretendido e quais as ações que devem ser desencadeadas para alcançá-lo, tomando decisões sobre: as questões disciplinares; a seleção e distribuição dos conteúdos; o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem; a avaliação da aprendizagem; o processo de recuperação; os critérios de promoção e retenção; a participação dos pais ou responsáveis e a avaliação institucional, entre outros.

Comungando com as ideias de Gleiser, 2002, fica aqui apontado:

Estamos no século XXI e temos que considerar que uma revolução ocorreu, ao mesmo tempo, nas artes e nas ciências físicas quando Picasso rompeu com a rigidez plástica na pintura e Einstein com a rigidez newtoniana de espaço e do tempo, mostrando que medidas de distância e de tempo não são absolutas. Mesmo que a quarta dimensão de Picasso seja diferente da de Einstein, nossa visão de mundo foi profundamente mudada por ambas. (GLEISER, 2002)

Vivemos numa época em que a pretensa objetividade da Ciência tem sido desmentida, quando se incorpora a não neutralidade do cientista na condução de um experimento e, inevitavelmente, nos seus resultados. Questionando veementemente as leis da física clássica, em relação ao determinismo, a teoria quântica prevê probabilidades no curso dos fenômenos.

Assim, o acaso encontra um lugar, como característica objetiva da realidade e, a idéia da complementaridade se faz presente na medida em que uma teoria, por mais desenvolvida que seja não dá conta a compreensão completa de um fenômeno.

Essa sociedade impõe pensar e repensar o nosso papel como cidadãos, investindo na compreensão do que vivemos no dia-a-dia de nossas vidas, de nosso trabalho e de nossa relação com o outro de forma a buscar, nos conflitos e contradições vividos, as alternativas que melhor encaminhem as possibilidades de participação na construção de uma sociedade justa e solidária.

Quando a atual LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) propôs que as escolas elaborassem o seu próprio projeto pedagógico, em consonância com a realidade na qual estão inseridas, possibilitou o avanço em relação à questão da autonomia das escolas.

Na construção dos Projetos Pedagógicos de Curso - PPC, de modo geral, as Instituições de Ensino Superior buscaram a participação de todos os profissionais de educação: gestores, professores, equipes de apoio, entre outros. Ao elaborar o registro de tais projetos, em sua maioria, consideraram a importância de dar uma identidade às IES, calcada em princípios norteadores como: ética, solidariedade, participação e autonomia.

Ao considerar a realidade educacional a partir de diagnósticos (realizados de diferentes formas), procuraram definir objetivos e priorizar ações para conseguir resultados desejados a curto, médio e longo prazo, implicando na avaliação contínua do projeto.

Avaliação Institucional: Uma ferramenta que funciona na perspectiva de orientar e Transformar a Educação

É imprescindível analisar, refletir, diagnosticar, repensar e vivenciar na prática os problemas enfrentados pelas Instituições de Ensino Superior – IES em relação à avaliação, como ferramenta que possibilita orientar e transformar a educação.

Trabalho empírico que valoriza o ponto de vista dos docentes e discentes, protagonistas do processo de ensino e aprendizagem, considerando a avaliação como “ponto de chegada e ponto de partida” da ação docente.

Após as reflexões e a materialização da pesquisa, ficou evidente que a questão da avaliação no ensino superior e principalmente na Educação a Distância se configura como uma possibilidade de se repensar a prática docente no sentido de aprimorar a práxis, no tocante ao planejamento de ensino e aos Projetos Pedagógicos de curso – PPC.

Nessa perspectiva, buscou-se compreender como as IES enfrentam a questão da avaliação no seio acadêmico, considerando que há um monitoramento por parte do “Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP”, órgão regulador do Ministério de Educação, cuja atuação é balizar através das Avaliações Institucionais a qualidade de ensino.

Assim, foram avaliados alguns PPCs na perspectiva de identificar as ações desencadeadas pelas IES para superar os desafios que a avaliação coloca para a gestão acadêmica vislumbrando atender de um lado as expectativas do estudante em sua formação superior e de outro aos requisitos legais exigidos pelo INEP para a oferta de cursos superiores.

Uma vertente possível é desenvolver um planejamento flexível, capaz de superar os desafios enfrentados pela Educação no início do século XXI. Por esse viés é possível vislumbrar que, planejar é a forma mais eficaz de garantir a aprendizagem do estudante crítico-reflexivo preparando-o para as demandas da contemporaneidade.

Na educação o planejamento busca a intervenção mais eficiente do professor, uma vez que possibilita organizar melhor os recursos disponíveis, o tempo do educador e do estudante, os espaço físicos, materiais pedagógicos disponíveis e sobretudo a experiência dos atores envolvidos no processo ensino e aprendizagem, pois o planejamento é um processo que visa dar respostas a um problema, estabelecendo fins e meios que apontem para sua resolução, de modo a atingir objetivos antes previstos, pensando e prevendo necessariamente o futuro, mas considerando as condições do presente, as experiências do passado e os diferentes aspectos da realidade. Desta forma, planejar e avaliar são práticas associadas.

Nesse sentido, a avaliação poderá subsidiar os profissionais de educação, na reflexão de suas práticas, para a elaboração de um planejamento na perspectiva da apropriação pelos alunos dos conteúdos trabalhados de forma que promova uma aprendizagem significativa capaz de propiciar-lhes o exercício profissional e da “vida cidadã”, uma vez que os desafios da educação na atualidade é acompanhar os processos de mudança na sociedade e criar alternativas para atender aos estudantes com eficiência e eficácia.

Contudo, é possível considerar que a avaliação da aprendizagem e institucional são instrumentos essenciais para se encontrar rotas numa sociedade do conhecimento, objetivando estabelecer horizontes e traçar metas para o estabelecimento de novos horizontes.

A política econômica imposta pelo governo na década de 1990 inibiu a ampliação e consolidação da rede pública educacional voltada para as reais necessidades dos cidadãos, provocando o sucateamento do ensino.

[...] a política econômica, imposta pelo governo para a maioria dos brasileiros na década de 1990, é uma política que põe em risco o poder aquisitivo do cidadão e, igualmente, põe em risco a ampliação e consolidação da rede escolar pública e gratuita voltada às reais necessidades da maioria da população. (CARDOSO (2000), apud OLIVEIRA et al., 2014, p.17).

Portanto, “os impactos provocados pela atual LDB não poderiam ser outros, senão o leilão do sistema educacional e baixo nível de aprendizagem dos estudantes que escoam na atuação profissional”.

É preciso repensar um currículo que respeite a diversidade, o multiculturalismo, que valorize os professores e alunos como sujeitos capazes de transformar a sua própria realidade e que conceba a escola como “lócus” de produção de cultura em seus afazeres pedagógicos, desprezando a “coxa de retalhos” tal qual como se configura o currículo, e tecendo uma rede, na qual o conhecimento possa circular num movimento de ir e vir, numa gestão acadêmica democrática e eficaz (OLIVEIRA, et al., 2014).

Sendo assim, o propósito do presente trabalho foi realizar uma revisão de literatura para identificar os aspectos qualitativos do processo ensino e aprendizagem associado ao uso da avaliação institucional como instrumento capaz de identificar quais mudanças precisa ser introduzida no processo avaliativo.

É preciso repensar um currículo que respeite a diversidade, o multiculturalismo, que valorize os professores e alunos como sujeitos capazes de transformar a sua própria realidade e que conceba a escola como “lócus” de produção de cultura em seus afazeres pedagógicos, desprezando a “coxa de retalhos” tal qual como se configura o currículo, e tecendo uma rede, na qual o conhecimento possa circular num movimento de ir e vir, numa gestão acadêmica democrática e eficaz (OLIVEIRA et al., 2014).

Sendo assim, o propósito do presente trabalho foi realizar uma revisão de literatura para identificar os aspectos qualitativos do processo ensino e aprendizagem associado ao uso da avaliação institucional como instrumento capaz de identificar quais mudanças precisam ser introduzidas no processo avaliativo.

De acordo com as ideias TROLEIS, DIAS e CARVALHO, (2012, p. 48), “a EaD deve ser entendida como um sistema que promove múltiplas interações em suas etapas de avaliação as quais envolvem os agentes partícipes do processo, estimulando assim uma reflexão/discussão em suas diferentes instâncias acadêmicas”. De acordo com esses pensadores:

[...] Uma das interações refere-se aos indicadores de institucionalização propostos por Pina (2008) à medida que eles coincidem com aspectos do sistema que também são contemplados nos estudos sobre referenciais de qualidade para EaD. Neste contexto, a autoavaliação e a institucionalização apresentam um papel fundamental na qualidade do ensino a distância. (TROLEIS, DIAS E CARVALHO, 2012, p. 48).

MOORE e KEARSLEY (2008), apud TROLEIS. DIAS E CARVALHO, (2012, p.49), defendem que a Educação a Distância só funciona adequadamente se todos os seus componentes estiverem cumprindo eficientemente sua função, comunicando-se entre si e em um processo contínuo de avaliação, pois grande parte das decisões em EaD são coletivas.

Neste contexto a problemática da avaliação no Ensino Superior a distância é um “nó de estrangulamento” a ser enfrentado pelo INEP e pelas IES, por se tratar de uma questão de extrema relevância que requer solução em curto prazo, sob pena de inviabilizar um projeto de educação capaz de responder as demandas por escolarização na contemporaneidade.

Face ao exposto “Compete ao INEP, por meio da DAES, a fim de conduzir e operacionalizar o processo avaliativo, garantir os programas de capacitação e formação continuada dos avaliadores.”

As pesquisas revelam que há muita resistência em relação à Educação a Distância, tendo em vista diferentes fatores que vão desde a inabilidade pelos usuários de utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação, até a relação professor/tutor-aluno, uma vez que esta, raramente se dá face a face e quando ocorre é somente em momentos pontuais de avaliação presencial.

Nesse sentido, comungamos com as ideias de KEEGAN, apud VERSUTI, (2007, p.2) e TROLEIS, DIAS e CARVALHO (2012, p.56):

[...] Quando defendem a necessidade de mecanismos de interação e apontam a premente necessidade do estabelecimento de critérios para o controle da qualidade das ações a distância. Esse controle, passa pela garantia de bom desempenho de todos os envolvidos no processo e culmina no satisfatório em o aprendizado do aluno (KEEGAN, apud VERSUTI, 2007, p.2) e TROLEIS, DIAS e CARVALHO. (2012, p.56)

Por esse viés, os programas de Educação a Distância, na perspectiva de propiciar uma boa formação acadêmica, precisam aliar teoria e prática, numa concepção de educação capaz de incluir a todas e todos com qualidade, considerando-se que o discente ao concluir um curso superior de graduação, tem que está alinhado às exigências profissionais para atuação no mercado de trabalho, atendendo as demandas de mão-de-obra da atualidade.

Assim, conforme afirma OLIVEIRA “et al” (2014, p. 6), 90% das IES vislumbram a formação de um sujeito que seja capaz de compreender, analisar, relacionar, construir e interpretar textos em diferentes contextos, aplicando os mais variados métodos existentes em consonância com as políticas de avaliação desencadeadas pelo MEC – Ministério de Educação e Cultura.

Para contemplar essa expectativa o “Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) - instituído pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004 da Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES)- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) - Ministério da Educação (MEC) tem como finalidades: a melhoria da qualidade da educação superior; a orientação da expansão da sua oferta; o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e finalmente a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das IES por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional”.

Cabe ressaltar que o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES realiza a avaliação da Educação Superior que ocorre por meio da avaliação de Instituições, de cursos e do desempenho dos estudantes, com a supervisão e monitoramento do INEP/DAES com a missão de conduzir e operacionalizar o processo avaliativo, garantir os programas de capacitação e formação continuada dos avaliadores, trabalhando para que a concepção e os fundamentos da avaliação do SINAES permeiem as atividades das avaliações in loco.

Nessa esteira de relações as IES adotam a autoavaliação enquanto processo contínuo por meio do qual se constrói conhecimento sobre a própria realidade a partir da compreensão do conjunto das atividades ofertadas aos estudantes, objetivando alcançar maior relevância social por meio da sistematização de informações, análise coletiva das realizações e das formas de organização, bem como estabelecimento de estratégias de superação de problemas.

Nesse contexto, CONTERA (2002, p. 9); DIAS SOBRINHO (2004, p. 97) e ROTHEN (2006, p. 122), têm grande contribuição, as quais nos fazem refletir sobre a importância da participação de toda a comunidade acadêmica no processo de avaliação como mecanismo para garantir suas expectativas em relação ao ensino superior.

Considerações finais

Assinalamos no início deste trabalho que a preocupação fundamental a priori, seria a de analisar as Políticas Públicas de Educação e a Avaliação Institucional como alternativa didático-pedagógica possível. Na medida em que avançamos na pesquisa, fomos invadidos por ideias, pensamentos e reflexões que paulatinamente iam tomando dimensão no corpo do trabalho.

No objeto de estudo, procuramos analisar e entender a importância da Avaliação Institucional como uma ferramenta que funciona na perspectiva de orientar e transformar a educação.

As energias despendidas num esforço de compreensão do processo de avaliação institucional, a partir da leitura e análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos - PPC, e a configuração do atual desenho do perfil das Instituições de Ensino Superior - IES, fluíram, à medida que fomos tomando contato direto com a literatura que discute a questão. Nesse sentido, constatamos que as IES contemplam em seus planejamentos, as demandas efetivas de natureza econômica e social, materializadas em ações desencadeadas para cumprimento dos objetivos explicitados em suas políticas de ensino, pesquisa e extensão.

De início interessava entender a questão da avaliação entre representações e realidade, uma vez que esse tema é recorrente na trajetória das IES especialmente no que tange à Educação a Distância.

Nesse sentido, entender as políticas públicas de avaliação nesse contexto foi o viés que nos debruçamos no sentido de contribuir para o debate desta problemática, assim como para pensar alternativas possíveis para o enfrentamento da Avaliação Institucional que funcione como ferramenta capaz de orientar ações desencadeadoras para melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

Quando examinamos os conceitos, as teorias sobre a temática posta para discussão, e as pesquisas realizadas, observamos que as políticas institucionais de ensino, de extensão e de pesquisa constantes nos Projetos de Desenvolvimento Institucionais – PDIs estão implantadas

no âmbito dos cursos, considerando a avaliação como referencial capaz de apontar caminhos que objetiva capacitar os egressos com as competências profissionais para atender as demandas da contemporaneidade, numa perspectiva de interdisciplinaridade, atendendo aos aspectos da flexibilidade de acordo com os parâmetros do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, estabelecendo estreita relação entre teoria e prática.

A pesquisa apontou que existe uma singularidade no processo de avaliação institucional e da autoavaliação das IES, pois de um modo geral, esta funciona como elemento balizador de indicadores para novas tomadas de decisão na medida em que os Projetos Pedagógicos de Curso - PPCs abrem espaço para a criação de novos bens e serviços que vão surgindo no cotidiano dos atores sociais.

Uma vez colocadas às inúmeras questões suscitadas pelas políticas públicas de avaliação, tomando como referencial os marcos regulatórios do INEP, procuramos nesse trabalho, fazer um balanço geral de forma a destacar algumas questões como, por exemplo, a maneira como os conteúdos curriculares estão descritos nos PPCs, objetivando perceber se estes possibilitam formar o estudante, considerando, a atualização, adequação das cargas horárias e com bibliografias coerentes registradas nos planos de ensino dos professores, assim como se as atividades pedagógicas apresentam coerência com as estratégias metodológicas aplicadas nos cursos, que por suas implicações consideramos importantes.

Nesse sentido, registramos que em 90% das IES pesquisadas, está explicitado em seus registros, o apoio ao discente com programas de apoio extraclasse, atividades de nivelamento e extracurriculares vislumbrando uma formação com qualidade.

A pesquisa diagnosticou que em 04 IES analisadas, as ações acadêmico-administrativas implantadas, foram ressignificadas em decorrência das auto-avaliações e das avaliações externas – ENADE e avaliações de cursos pelo INEP.

Constatamos em 100% das IES, que as Tecnologias de Informação e da Comunicação TICs estão disponibilizadas no processo de ensino e aprendizagem, permitindo a concretização dos Projetos Pedagógicos de Cursos – PPCs, estreitando a relação entre aparência e essência, com alto padrão de qualidade.

Outro aspecto que merece destaque são que as informações acadêmicas para os alunos, estão disponibilizadas na forma impressa e virtual, de acordo com a Portaria Normativa N° 40 de 12/12/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC N° 23 de 01/12/2010, publicada em 29/12/2010.

No quesito da educação ambiental, esta se apresenta em todo o itinerário formativo às demais disciplinas dos cursos, dos quais 60% como disciplina constante na Matriz Curricular e em 40% de maneira transversal, contínuo e permanente nos termos da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002.

Diante do exposto, foi possível observar que os procedimentos de avaliação da aprendizagem expressam de maneira significativa à concepção dos cursos definida nos planejamentos das Instituições de Ensino Superior, os quais estão coerentes com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos superiores de graduação.

Convém ressaltar que em todas as IES pesquisadas a temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena está inclusa nas disciplinas ou em outras atividades curriculares dos cursos, atendendo as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos termos da Lei nº 11.645 de 10/03/2008 e da Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004.

Desta forma, este estudo aponta que as IES enfrentam o desafio de desenvolver projetos e se equiparem de recursos humanos e materiais para criar as melhores condições com vistas à formação de profissionais para atuar no mercado de trabalho e para o exercício da cidadania em sua plenitude.

Esta avaliação não pretende ser taxativa, assume-se, com isto o risco de “não estar tudo o que é ou, ainda, de não ser tudo o que está”. As reflexões aqui colocadas a cerca do processo de avaliação da aprendizagem e institucional por ter uma finalidade social, apresenta-se para que futuros pesquisadores possam avaliá-las para acrescentá-las, aprofundá-las ou refutá-las, graças à flexibilidade, a provisoriedade e a relatividade do próprio conhecimento.

Em síntese, é função das Instituições de Ensino Superior preparar os futuros profissionais para a inclusão social e para as demandas de uma "realidade desconhecida".

Após as reflexões e a materialização da pesquisa proposta ficou evidente que a questão da avaliação está sendo encarada naturalmente pelas IES e pela a maior parte dos estudantes. A sociedade em geral ainda carrega certo grau de nebulosidade em relação à percepção da avaliação como instrumento capaz de orientar e transformar a educação. Esta é uma questão que precisa ser discutida e aprofundada por grande parte da população.

Finalizando as ideias expostas em função da nossa análise, incorporamos o pensamento de Milton Santos ao escrever que:

A velocidade e o tempo real não podem ser distribuídos e usados igualmente por todos. A promessa de que as técnicas contemporâneas pudessem melhorar a existência de todos, cai por terra. Observa-se a expansão da escassez, atingindo as classes médias e criando mais pobres (SANTOS, 2003. p. 174).

Assim, há de se considerar que a questão da avaliação deverá ser discutida no âmbito das políticas públicas, especialmente da educação, pois os saberes escolares e seu relacionamento com outros saberes socialmente produzidos podem contribuir para a inserção do sujeito no mercado de trabalho e conseqüentemente para o exercício da cidadania.

Acreditamos que a globalização viabilizou uma enorme difusão de informações. O grande resultado é a comunicação que realmente está sem limites físicos de manipulação. Nesse sentido, a escola se tornou anacrônica na medida em que não conseguiu acompanhar a concorrência dos meios de comunicação, principalmente as Tecnologias da Informação e da Comunicação no processo ensino e aprendizagem.

Talvez seja um sonho, uma utopia, mas é preciso acreditar e impulsionar essa humanidade para a felicidade individual e coletiva em um contexto social justo, na luta pela utopia possível.

Será que a pós-modernidade vai considerar a questão da avaliação como instrumento que orienta e transforma a educação?

E para encerrar com êxito essa pesquisa chega-se a conclusão de que toda ação praticada não é neutra e vem carregada de intencionalidade. Acredita-se que tomar a melhor decisão é o intuito de todos e acertar é a conseqüência daqueles que perseguem o aperfeiçoamento através de um trabalho planejado e construído coletivamente, o comprometimento social trará consistência e garantirá que o trabalhoso caminho no vasto universo da EaD se torne cada vez mais inteligível.

As políticas públicas de educação no Brasil constituíram-se em instrumento atraente para os governos porque, diante das condições apresentadas pelo modelo anterior de intervenção estatal, suas qualidades representam uma crítica pertinente: maior eficiência, maximização dos recursos, transparência financeira, descentralização e democratização da ação pública, valorização do âmbito do local e da participação popular. No entanto, esse panorama é apenas aparente, pois essas políticas públicas apresentam limitações, uma vez que não atende ao cidadão numa totalidade.

A sociedade atual, apresenta características bastante diversas da sociedade de meados do século XX por exemplo. A cada momento da história da humanidade, a escola deve responder às características da sociedade para a qual ela se propõe a formar.

Por esse viés, lançamos a seguinte problematização: a escola atual apresenta características da escola de 50 anos atrás?

Por esta razão, muitos especialistas afirmam que a função social da escola é formar gerentes de informação e não meros acumuladores de dados. “Um gerente é aquele que é capaz de equacionar as situações-problema, detectar as variáveis nela contidas, dimensioná-las corretamente, verificar as melhores decisões a serem tomadas diante da situação considerando os aspectos políticos e sociais envolvidos”.

Neste aspecto, a escola não tem dado sua contribuição na preparação de gerentes da informação, mas tem dado ênfase na acumulação de dados, muitas vezes anacrônicos, desvinculados da realidade social dos alunos e em outras sem nenhuma possibilidade de aplicação na vida profissional dos mesmos.

Certamente é por isso, que o próprio MEC afirma que “A função da escola é criar condições que garantam, para todos, o desenvolvimento de capacidades e a aprendizagem de conteúdos necessários à vida em sociedade, oferecendo instrumentos de compreensão da realidade e também favorecendo a participação dos alunos em relações sociais e políticas diversificadas e cada vez mais amplas”

A escola atual enfrenta o desafio de se organizar e se equipar de recursos humanos e materiais para criar as melhores condições com vistas à formação plena do cidadão. A expressão "formação plena do cidadão" não deve ser apenas mais uma metáfora para referendar um discurso, e sim uma prática educativa. No cotidiano da escola o discurso orienta a prática educativa e esta é a operacionalização daquela.

Portanto, esta escola deve atuar numa concepção de educação como um ato por essência ético, isto é, capacitando o aluno a construir o conhecimento através das múltiplas linguagens, construindo a unidade na diversidade, cuja consequência pode ser um bom ou um mau cidadão.

Educar é primordialmente um ato político, pois é função social da escola, propiciar ao educando as condições de contato com as ideologias que permeiam as relações sociais e instrumentá-lo para tomadas de decisão na vida profissional, nem sempre guiadas pela tecnologia, mas pelas conveniências.

Atuar no ato de educar com os aspectos da formação ético-política, significa posicionar-se contra uma escola alienada e alienante que, sob o pretexto de cientificidade e neutralidade da ciência, vanda seu olhar para os problemas sociais que permeiam o

desenvolvimento da ciência e da tecnologia, independentemente do processo de exclusão social que se faz presente no cotidiano do cidadão.

Em síntese, cabe a educação preparar seus alunos para a inclusão social e para as demandas de uma "realidade desconhecida".

Parece claro que, a formação propiciada no contexto escolar tem um duplo enfoque. Primeiro não se pode deixar de conhecer a realidade social da atualidade, dos atuais conteúdos trabalhados nas escolas, das exigências atuais em termos de avaliação do conhecimento construído. Tudo isso necessita continuar sendo trabalhado. Porém, mais do que ensinado, deve ser repensado, analisado, discutido e ressignificado. Com um olhar nas demandas atuais e num futuro próximo, cabe o enfoque no ensino voltado ao ensinar a pensar, à análise crítica e ao desenvolvimento das capacidades mentais.

Indiscutivelmente, os estudantes de hoje, profissionais de amanhã, encontrarão problemas, fatos, conceitos, que nem imaginamos. Assim, faz-se necessário prepará-los para as novas realidades que estão postas. Isso ocorrerá se a escola do presente trabalhar com uma visão de futuro. Propiciar a estes a conquista da autonomia, não pode ser apenas um discurso, mas a mola mestra que impulsiona sua ação pedagógica.

Referências

AZAR, F. A. P., e outros. **Avaliação Institucional como Ferramenta de Gestão da Qualidade da Educação a Distância na Universidade Metodista de São Paulo**. Disponível em:

[http://aforges.org/conferencia2/docs_documentos/Paralela_5/Azar_Fatima%20et%20al%20\(U Met_SP-BR\).pdf](http://aforges.org/conferencia2/docs_documentos/Paralela_5/Azar_Fatima%20et%20al%20(U%20Met_SP-BR).pdf). São Paulo: 2013. Acesso em 24/04/2016.

AZEVEDO, A. B. **Avaliação Institucional – Relevância e Usos na EAD**. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/552008124132PM.pdf>. São Paulo: 2008. Acesso em 21/04/2016.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. Lei nº 9.394/96 de 20/12/1996.

CARDOSO, S. M. V. Educação para todos ou todos pela educação, In: **A Crise do Estado Moderno**. Projeto Plural ECA/USP/CNPq.

Constituição da República Federal do Brasil, 1988.

CONTERA, C. Modelos de Avaliação da Educação Superior. In, DIAS SOBRINHO; ROTHEN 2014. Disponível em <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br>. 22nov2012. Campinas: 2012. Acesso em 13/09/2016.

Decreto 21.811/85 – Institui o Regimento Comum das Escolas Municipais de São Paulo.

Decreto 28.603/90 – Institui o Regimento Comum das Escolas Municipais de São Paulo.

Decreto 31.086/92 – Institui o Regimento Comum das Escolas Municipais de São Paulo.

DOURADO, Luiz Fernandes. A Reforma do Estado e as Políticas de Formação de Professores no anos 1990. In. **Políticas Públicas & Educação Básica**. Luiz Fernandes Dourado, Vitor Henrique Paro (orgs). São Paulo: Xamã, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

_____. Política e Educação. São Paulo: Cortez, 1997.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. Métodos de pesquisas. EAD serie educação a distancia, Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS. p. 32. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GLEISER, Marcelo. Einstein, Picasso e a quarta dimensão. In: Caderno Mais de 15/12/2002 – Folha de São Paulo.

JUNQUEIRA, C. R. C.; CAMARGO, S. H.; C.R.V. de; SOLLY, J. A. Avaliação Institucional: Um Novo Desafio para as Instituições de Ensino Superior. Disponível em: <http://www.anaceu.org.br/download/artigos/10-publicacoes-carmen-rita-c-junqueira-avaliacao-institucional-II.pdf>. Brasília: 2013. Acesso em 24/04/2016.

Lei 9394/96 – Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Diretoria de Avaliação da Educação Superior, SINAES: Da concepção à regulamentação, 4 ed. Brasília, INEP, 2007.

NETO, J. C. T. e PAIVA M. C. L. de. (Orgs). A Prática da Educação a Distância na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: EDUFRN, 2011.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Política Educacional nos Anos 1990: Educação Básica e Empregabilidade. In. Políticas Públicas & Educação Básica. Luiz Fernandes Dourado, Vitor Henrique Paro (orgs). São Paulo: Xamã, 2001.

OLIVEIRA, F. N. G. de “et al”. Educação Superior: Uma Análise à Luz dos Marcos Regulatórios Brasileiros do INEP/MEC. XIV Colóquio Internacional de Gestão Universitária – CIGU. A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade, Florianópolis – Santa Catarina – Brasil 3, 4 e 5 de dezembro de 2014.

PAIVA, Liz Denize Carvalho. Perspectivas da autoavaliação institucional na Universidade - Revista Eletrônica Novo Enfoque, ano 2011, v. 13, n. 13, p. 132 – 141. Disponível em: http://www.castelobranco.br/sistema/novo enfoque/files/13/artigos/11_Prof_LizPaiva_VF.pdf. Rio de Janeiro: 2011. Acesso em 21/04/2016.

PARO, Vitor Henrique. Políticas Educacionais: Considerações sobre o discurso genérico e a abstração da realidade. In Políticas Públicas & Educação Básica. Luiz Fernandes Dourado e Vitor Henrique Paro (orgs). São Paulo: Xamã Editora, 2001.

PIMENTA, Selma Garrido. Projeto Pedagógico e identidade da escola. **Revista Educação e Formação**. Taubaté, 1998.

PIRES, F. J. “et al”. Educação Superior: Uma Análise à Luz dos Marcos Regulatórios Brasileiros do INEP/MEC. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/131675/201417.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Florianópolis: 2014. Acesso em 19/04/2016.

PIRES, Francisco José. Políticas Públicas de Geração de Empregos e Educação na Formação do Cidadão para a Inclusão Social em Buenos Aires e São Paulo a partir de 1980. Tese de Doutorado, apresentada no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina – PROLAM/USP, junho, 2004.

RIGHI, Roberto. O Processo de Urbanização e o Desenvolvimento Industrial no Estado de São Paulo. BRUNAS, Gilda Collet (organizadora) In. Questões de Organização do São Paulo (cidade). Secretaria Municipal de Educação. Implementação da Política Educacional: Planejamento Estratégico C.O. DOT – G/As 003/93.

ROTHEN J. C. Ponto e Contraponto na Avaliação Institucional: Análise dos documentos de implantação dos SINAES. Revista Educação: Teoria e Prática, Belo Horizonte: v. 15 n° 27, p. 119-137, 2006.

SÃO PAULO (cidade) Prefeitura do Município de São Paulo. Ações Prioritárias, 1983.

SME/São Paulo. Jornal Paulicéia, 1983-1985.

SME/São Paulo. Continuando a conversa, 1984.

SME/São Paulo. Plano Trienal, 1985-1987.

_____ Banco de Dados, 1986 a 2002.

_____ Programas de Melhoria do Desempenho da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, v. I, II, III, IV e V.

SME/São Paulo. Deplan divulga 1987.

_____ Secretaria Municipal de Educação, Deplan. Caderno de programas e metodologia: programações e implementações, triênio 1986, 1987, 1988.

SME/São Paulo – Cadernos de formação, 1989.

_____ Diário Oficial do Município de São Paulo, 1° fev. 1989

SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Educação. Escola e Participação. In.: Construindo a Educação Pública Popular – Diretrizes e Prioridades para 1992/Ano 4. São Paulo (cidade). Conselho Municipal de Educação. Indicação nº 04/97 – Aprovada em 27/11/97.

SOFFA, M. M. Avaliação Institucional: Um Referencial de Qualidade para a Educação a Distância. Disponível em:

http://portal.fclar.unesp.br/publicacoes/revista/polit_gest/edi6_artigomarilicesoffa.pdf.
Curitiba: 2008. Acesso em 20/04/2016.

TROLEIS, A. L.; DIAS, A. de P. e CARVALHO, L. S. de. A Autoavaliação e a Institucionalização: Caminhos Indissociáveis para a Qualidade da EAD no Brasil.

